

# Sarney já definiu as metas para o futuro

BRASÍLIA  
AGÊNCIA ESTADO

O presidente José Sarney aceita a imagem: procedeu como Hernan Cortes ao decidir pelo tratamento de choque contra a inflação, suprimindo o caminho de volta à política gradualista. O conquistador espanhol, em 1519, desembarcou na península de Yucatán disposto a dominar o império asteca, e, por isso, queimou as próprias caravelas que o haviam levado ao Novo Mundo. Para seus soldados, ficou claro ser a vitória a única opção, pois a derrota significaria o fim.

A partir de agora, para o chefe do governo, será obter o sucesso ou não será mais nada, em termos de Nova República. Está otimista, apesar de tenso e alerta. Deve zelar pela execução do plano antiinflacionário e acompanhar todos os passos de seu desdobramento.

Ontem pela manhã, ainda no Palácio da Alvorada, ele admitiu discorrer sobre o futuro. Retomado o crescimento econômico ao longo do ano passado, feita a opção pelo social, e implantado agora o pacote contra a inflação, na medida em que o processo avance e se consolide, não haverá que perder tempo. O governo cuidará do plano para a irrigação, especialmente do Nordeste, passará a recuperar a malha rodoviária e ferroviária nacional, bem como a navegação fluvial e marítima, além dos portos. Dedicar-se-á ao aprimoramento do sistema nacional de transportes, com ênfase para os resultados no abastecimento. Continuará, em paralelo, cuidando da reforma administrativa.

Essas metas, para Sarney, serão incrementadas com decorrência da nova política econômica, tendo em vista que, sem gerar a recessão, conseguimos encontrar mecanismos capazes de reduzir a inflação praticamente a zero. Pelo contrário, extinta a correção monetária, inviabilizados instrumentos como o over e o open, fica evidente estar fora de cogitação a especulação financeira. Com a moeda forte, quem quiser lucro precisará investir. E o governo, no limite de suas atribuições, estimulará investimentos nos setores referidos. Ninguém terá lucro com a inflação, de agora em diante, mas o lucro permanece como mola mestra do sistema vigente, abrindo espaço para a atuação da iniciativa privada em investimentos produtivos.

O congelamento de preços, ele reconhece, atingiu o centro do alvo. Sensibilizou a totalidade da opinião pública e serviu para mobilizar a sociedade. O êxito da iniciativa deveu-se à credibilidade do governo. A popularidade da Nova República. Não haverá como deixar de ser inflexível diante da necessidade de nada ser aumentado. Nada, mesmo. Amplia-se aos poucos a faixa dos agentes fiscalizadores dentro do governo, envolvendo a Sunab, a Polícia Federal, as Delegacias Regionais do Trabalho, os Estados e os Municípios, mediante convênio já assinado pelo Ministério da Justiça com os governadores. Mas o grande fiscal permanece sendo a população. A dona-de-casa, o cidadão comum, no seu dia-a-dia.

O presidente conta como chegou à decisão de mudar a política econômica. Não foi de maneira repentina. Em maio do ano passado, menos de um mês depois da morte de Tancredo Neves, mobilizou técnicos para que estudassem alternativas à política gradualista. Uma equipe foi para Israel e outra para a Argentina, quando o presidente Raul Alfonsín optou pelo tratamento de choque. Examinaram-se hipóteses para o caso de impasses. Quando, apesar de tudo, a inflação alcançou índices indesejáveis em dezembro e em janeiro, renunciando-se coisa igual para fevereiro, decidiu-se. Foi na segunda-feira, 17 de fevereiro, que determinou a um grupo restrito de auxiliares a corporificação das idéias esboçadas e estudadas. No Palácio do Planalto, daquela noite em diante, manteve por duas semanas demorados entendimentos com os ministros Dilson Funaro, João Sayad,

Ivan de Souza Mendes, Bayma Denys e um pequeno grupo de assessores, como Fêrsio Arida, Francisco Lopes, Lara Resende, Beluzzo e Calabi, entre outros. Estava sendo concluída a reforma do Ministério e as atenções prendiam-se ao assunto, podendo a nova política econômica ser debatida em sigilo e fora das especulações. Discutiu-se tudo, ponto por ponto. O clima era extremamente favorável, dado o equilíbrio da receita, a não emissão de papéis do governo em janeiro e fevereiro e o controle de preços, feito sem muito alarde. Na segunda-feira, 24, quando o novo Ministério foi reunido, pela manhã, ele não anunciou a decisão, mas foi convocando outros ministros para as reuniões noturnas. Paulo Brossard, já que a questão envolvia diversos aspectos jurídicos. Almir Pazzianotto, por conta do plano social.

Quase por milagre, o governo ainda ganhou três dias, pois só na quinta-feira os rumores começaram a circular e a notícia vazou. Como a sexta-feira estava escolhida para o dia D, foi até bom, preparando-se a opinião pública e os diversos segmentos sociais a partir do noticiário da imprensa.

Quais as consequências políticas decorrentes da nova situação? Cauteloso, o presidente da República especula pouco. Mas não aceita o raciocínio de que só a partir de agora o governo apresenta-se em condições de eleger fortes bancadas, em novembro. Não duvida de que isso virá a acontecer, pelos índices de popularidade aferidos ao longo dos últimos meses, mas reconhece que, em função do pacote antiinflacionário, as chances cresceram ainda mais. Ele não atuará nas campanhas eleitorais em favor de ninguém. Não admite, de forma alguma, ir a palanques e fazer comícios defendendo este ou aquele candidato. Essa postura desgasta os presidentes da República. Poderá, no máximo, ter simpatia por alguns dos pretendentes aos governos estaduais, ou ao Congresso, mas trata-se de um sentimento íntimo, que não influirá em sua condição de presidente. Acredita que os candidatos da Aliança Democrática sairão vitoriosos na maioria dos Estados. As eleições de governador puxarão as eleições de deputado e senador.

Da mesma forma são cautelosas suas projeções para os trabalhos da Assembléia Nacional Constituinte. Ela será soberana, dará ao País um novo figurino institucional e suas decisões serão as decisões do Brasil. Mas não acredita na prevalência de posições radicais. O espírito reformista estará presente, identificado com as realizações da Nova República.

Por último, o presidente José Sarney não se esgotou de indagações sucessórias. Seu candidato será o candidato da Aliança Democrática, mas, igualmente, não chefiará campanhas nem sairá percorrendo o País na busca de votos; manter-se-á como magistrado, ressaltando considerar encerrada sua vida política ao final de seu mandato. Não aspira senão a ler e escrever livros, dedicando-se à literatura. Não quer firmar liderança posterior ao seu período administrativo, muito menos fundar partidos políticos ou lançar-se em articulações para voltar, do tipo JS-95. Por isso, pode dedicar-se com afinco às metas e projetos do presente, sem compromissos de qualquer ordem. Na Aliança Democrática, existirão muitos candidatos.

Sarney, perguntado, responde não duvidar de que Jânio Quadros terminará por candidatar-se. Primeiro, a governador de São Paulo, depois ao Palácio do Planalto. Ao seu redor estarão muitas figuras do passado recente, como Golbery do Couto e Silva, Delfim Netto, Paulo Maluf. E um direito deles. Como também do governador Leonel Brizola. Mas julga afastada a radicalização ideológica, na medida em que o seu governo reduz as tensões sociais e promove as reformas possíveis e necessárias.

G.C.